



David Dinis, Afonso Camões, Calvão da Silva, António Lobo Xavier e José Miguel Júdice

Relação entre media e justiça não é fácil

●●● A questão continua cada vez mais na ordem do dia. E ontem, numa iniciativa do Instituto jurídico da Comunicação (IJC) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que decorreu na “Quinta das Lágrimas”, ficou a certeza de que é preciso fazer alguma coisa.

A solução, como preconizou David Dinis (antigo diretor do jornal online Observador e futuro diretor da TSF), terá de passar forçosamente por “uma conversa a dois”, já que assistimos a “uma iliteracia extensa do mundo da justiça sobre os media”, assim como se tornou difícil para os meios de comunicação social “entrar no mundo da justiça”. “Tenho a percepção de que os dois mundos ganham com esta mútua ajuda”, frisou.

A criação de um Ordem dos Jornalistas pode ser uma questão a ter em conta – opção também defendida por Afonso Camões, diretor do Jornal de Notícias –, mas que para o advogado José Miguel Júdice não faz qualquer sentido. E até deu um exemplo: “olhem para a nossa Ordem dos Advogados”.

O antigo bastonário lembrou que não existem “bens ilimitados”, chegando mesmo a defender que no caso da violação do segredo de justiça se aplique a prática do crime de recetação à empresa de comunicação social. É que “quando se começa a violar as leis, nunca mais se pára”. José Miguel Júdice apontou dois exemplos “mediáticos” para defender



O colóquio assinalou o “rejuvenescimento” do Instituto Jurídico da Comunicação

- 1 Sessão foi aproveitada para o instituto assinar mais dois protocolos de colaboração
- 2 Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) e grupo Global Media juntam-se ao grupo de parceiros, onde se inclui o DIÁRIO AS BEIRAS

a necessidade de se criar um equilíbrio nesta matéria. O que não acontece, como fez questão de frisar, porque “o desequilíbrio interessa a muita gente”.

Regulação das redes

O tema foi abordado por Afonso Camões. O diretor do JN defendeu a necessidade de se estabelecer a regulação das redes sociais, pois não estão bem definidas as fronteiras “entre o que é, ou não, do domínio privado”. E questionou: “haverá necessidade de mais legislação?”. A pergunta ficou no ar, mas fez questão de deixar a indicação de que “nunca, como agora, foi tão fácil espionar”.

António Lobo Xavier lamentou que a informação atual esteja a ser misturada

“com outras coisas”. Ao ponto de que, como fez questão de frisar, “na televisão, o critério dominante é o entretenimento”.

Analgógico para digital

Se a relação media/justiça não está nos “melhores dias”, o mesmo se pode aplicar ao atual estado da comunicação social. Carlos Magno, presidente da ERC, colocou “o dedo na ferida”. “Todos já percebemos que o futuro vai ser digital. Agora, não podemos falar do futuro com linguagem do passado”, disse.

Segundo o responsável, há cada vez mais a necessidade “da separação de poderes, incluindo o poder editorial”. Depois, defendeu que “a regulação não deve ser excessivamente normativa”, pois “é ridículo regular o que não é regulável”.

João Gabriel Silva, reitor da Universidade de Coimbra, aproveitou para sugerir a necessidade de se encontrar “no mundo digital alguma regra de seleção natural”, de forma a que seja possível distinguir a boa informação do “oceano de lixo” que lá existe.

Na sessão, usaram ainda da palavra Pedro Gonçalves, presidente do IJC, e Rui Moura Ramos, presidente do Instituto Jurídico.

O colóquio terminou com a realização de um jantar/debate sobre “Financiamento dos Media e Democracia” com as presenças do antigo ministro Poiães Maduro e do presidente da Global Media, Daniel Proença de Carvalho. | **António Alves**